

BULA ECONÔMICA

A dose certa de informação sobre Economia & Negócios

Resenha de Conjuntura & Perspectivas Econômicas

Edição Nº 21

03-abr-2023

Destaque de Abril 2023: O Arcabouço Fiscal e seus acessórios



Também Nesta Edição:

Pílulas da Política: Congresso Nacional “arregaça as mangas para o trabalho”

Expectativas Conjunturais: pressões de todos os lados

Box da Produtividade: preocupação com o retrocesso

Bulário de Ciência Econômica:

“Ninguém dá importância ao pão pela quantidade de pão que existe num país ou no mundo, mas todos medem a sua utilidade de acordo com a quantidade disponível para si, e isso, por sua vez, depende da quantidade total.”
Joseph Schumpeter - Economista austríaco (1883-1950).

O Arcabouço Fiscal e seus acessórios

Diante da grande expectativa que o tema vinha suscitando e é claro de sua importância para os rumos da economia, o BULA ECONÔMICA não poderia se furtar de trazer alguma reflexão sobre o anúncio da nova regra fiscal, no último dia 30 de março, que substituirá o teto de gastos que vigora desde 2016 e limita o crescimento das despesas ao ano anterior corrigida pela inflação.

Em seu anúncio pelo Ministros Fernando Haddad e Simone Tebet, os seguintes pontos foram revelados como os pilares deste novo marco fiscal:

- ◆ O crescimento da despesa primária ficará limitada à 70% (com a definição de ‘bandas’ de oscilação) do crescimento da receita dos 12 meses anteriores.
- ◆ Com o resultado primário abaixo da banda de tolerância, o limite para crescimento dos gastos cai para 50%.
- ◆ Mecanismos para equilibrar o desempenho dos gastos em momentos de maior crescimento ou de recessão da economia.
- ◆ Déficit primário “Zero” em 2024, superávit de 0,5% do PIB em 2025 e 1% em 2026.
- ◆ Piso para investimentos públicos, com correção pela inflação.
- ◆ Garante crescimento real para as despesas de Saúde e Educação, com referencial na receita líquida.
- ◆ O Fundeb (Fundo da Educação Básica) e o piso da enfermagem não terão limite de despesas.

O foco da proposta do Governo, mais que limitar o crescimento das despesas, é atingir um resultado primário sempre positivo, dentro das metas estabelecidas.

Lembrando que a proposta precisa ser aprovada em 2 turnos pelo Congresso Nacional, como projeto de lei complementar. Enquanto a lei não for promulgada, o Teto de Gastos ainda está vigente; e, isso significa, que por enquanto, o Governo irá contar “apenas” com o estouro de R\$145bilhões já autorizados.

MAS, o Governo sabe que não poderá contar com uma aprovação integral de sua proposta e como ele precisa atender a sua agenda de campanha com rapidez, pois o eleitorado cobra e tem pressa. Por isso, há uma série de medidas administrativas e projetos de lei “paralelos” ao Arcabouço Fiscal, que já estão cumprindo os trâmites burocráticos para entrarem em vigência antes mesmo da aprovação do Arcabouço: revisão de gastos tributários e de tributação de setores hoje isentos, como o de apostas eletrônicas é um deles.

A atenção, portanto, é para o aumento da arrecadação, seja por meio de ações de fiscalização/autuações, revisão de subsídios e isenções, atualização de taxas, questionamentos jurídicos de tributos, etc. Ao vincular o crescimento das despesas ao crescimento das receitas, o Governo precisará ‘faturar’ mais para poder gastar mais e, a trajetória estipulada para o resultado primário no Arcabouço para os próximos anos (2024: déficit Zero; 2025: 0,5% do PIB e 2026: 1% do PIB) denota com clareza o propósito de aumentar a arrecadação.

A mensagem para o nosso cotidiano, por enquanto, é que mesmo sem nenhuma alteração significativa até que o Congresso aprove o Arcabouço (como está ou com as suas “cores”) podemos esperar:

- Uma maior participação do Governo no PIB, tanto pelos impostos como pelos gastos;
- Estímulos ao consumo, por conta dos efeitos dos benefícios sociais ampliados (Bolsa Família);
- Revisão de alíquotas e de fato gerador de impostos e taxas, viabilizando maior arrecadação.
- Pequena ou nenhuma redução do “Spread bancário” no crédito por causa da ‘cunha fiscal’ dessas novas ou maiores taxas/tributos.

Neste contexto, entre uma âncora “enferrujada” (Teto de Gastos) e uma outra em “confeção” com matéria-prima ainda indisponível, é importante segurar firme porque o piloto não sumiu, mas está sem cinto de segurança.



03-abr-2023



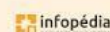
Congresso Nacional “arregaça as mangas para o trabalho”



- O Centrão tem hoje 234 deputados, além de 23 que votam alinhados com o grupo. Cid Gomes afirmou que se o Centrão mandar no governo: “Lula vai para o buraco”.
- Racha no Centrão: Cinco partidos (MDB, PSD, Republicanos, Podemos, PSC) se unem e criam bloco com 142 deputados, compostos por aliados e adversários do governo Lula; cujo objetivo é ter papel de destaque na distribuição de cargos nas comissões permanentes.
- O líder do Governo no Senado, Randolfe Rodrigues (REDE-AP), afirma que não tem quórum para aprovar na Câmara a nova regra fiscal.
- Os presidentes do Senado e da Câmara, estão em pé de guerra em relação aos trâmites das MPs; fazendo com que o governo Lula recue na ideia de ver as medidas aprovadas de imediato, já está no radar do governo aprová-las até 30 de junho. Podendo ocorrer a perda de validade de algumas ou até mesmo a possibilidade de derrota.
- Algumas “alas” do Governo temem que o Congresso leve o Arcabouço ao pé da letra de seu significado: esqueleto!

arcabouço

1. armação dos ossos do corpo humano ou de qualquer animal; esqueleto; ossatura
2. conjunto dos ossos que formam a estrutura do peito
3. constituição física

Expectativas Conjunturais: pressões de todos os lados

ATIVIDADE ECONÔMICA: a divulgação de um PIB crescendo 2,9% em 2022 frente à 2021 não animou muito os agentes econômicos, principalmente pela desaceleração apontada no 4º Tri de 2022. Com o Crédito bem restrito e caro, e ainda com a sombra da crise bancária rondando os EUA e a Europa, as expectativas de um aquecimento foram frustradas. A boa e eficiente gestão do Agronegócio brasileiro, agindo com rapidez e eficácia na iminência de uma crise sanitária com um caso isolado da doença da vaca louca no PA, impediram que a breve suspensão das exportações para a China abalasse as perspectivas para o restante do ano. As projeções para 2023 são pífiás e para melhorar dependem da harmonização das políticas monetária e fiscal, ambas nos holofotes do Governo.

INFLAÇÃO: como era previsto, a volta dos tributos federais aos preços dos combustíveis e da energia elétrica, promoveu elevações importantes e ampliou o grau de difusão (espalhou os efeitos) da inflação para todos os grupos de bens e serviços pesquisados, levando o IPCA de fevereiro à 0,84% e a 5,6% nos últimos 12 meses. O endividamento das famílias, as limitações do mercado de trabalho (apesar dos bons números de emprego) e a elevada taxa de juros, poderão conter o avanço inflacionário para os próximos meses.

JUROS: Com a manutenção da taxa Selic em 13,75% ao ano, mesmo no ápice da guerra de nervos entre Roberto Campos Neto e o Presidente Lula, o Banco Central demonstrou que está muito consciente de seu papel em “garantir o poder de compra da moeda”, não se esquecendo de fomentar o bem-estar econômico da sociedade e de zelar por um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo. A incipiente crise bancária nos EUA e na Europa está no radar, assim como a trajetória de avanço do Arcabouço Fiscal em seu périplo pelo Congresso.

INTERNACIONAL: a robustez da inflação, crise bancária, as tensões geopolíticas entre EUA e China, o endurecimento da Guerra Rússia-Ucrânia, além de manifestações político-sociais na França, Portugal e Israel, traçam um cenário pouco favorável para esperarmos um semestre mais próspero.

Box da PRODUTIVIDADE: preocupação com o retrocesso

Alguns pronunciamentos, medidas e discursos de integrantes do novo Governo, nestes primeiros 90 dias, tem causado algum ceticismo quanto à necessária e urgente melhoria da Produtividade Total dos Fatores (PTF); isso porque tem-se debatido e sinalizado algumas preferências dentro do Governo Federal que endereçam à uma rota oposta a da produtividade, entre elas: ampliação de subsídios pelo BNDES, investimentos em setores classificados como “estratégicos” sem explicar o resultado esperado da estratégia, interrupção e/ou cancelamento dos processos de privatização de concessões de serviços públicos, entre outros.



BR INDEX ECONOMIA & NEGÓCIOS

A BR INDEX ECONOMIA & NEGÓCIOS é uma plataforma de serviços e estudos econômicos, cuja principal missão é difundir a prática da boa gestão econômica e financeira, tanto para empresas, pessoas físicas, investidores e empreendedores, através da aplicação das técnicas mais eficazes na formação, distribuição e consumo de todas as formas de riqueza.

Para cumprir esta missão com excelência, a BR INDEX integra-se á profissionais de diversas áreas do conhecimento e do saber, devido à *multidisciplinaridade* dos problemas e eventos econômicos e à *diversidade* de suas causas e efeitos, a rede de colaboração mútua é composta por profissionais nos campos da Administração, Contabilidade, Direito, Educação, Engenharia, e Tecnologias.

Um pouco de nossa Expertise:

- ⇒ Análise de Conjuntura: elaboração de cenários e séries históricas.
- ⇒ Elaboração e Análise de Projetos de Investimento.
- ⇒ Planejamento Orçamentário: Startup's, MEI's, EIRILI's, EPP's e ME's.
- ⇒ Gestão Econômica Competitiva: análise concorrencial, mapeamento de riscos, oportunidades, competitividade e assessoramento.
- ⇒ Plano de Negócio: métricas de desempenho, estudo de mercados, dimensionamento, Valuation.
- ⇒ Auditoria Financeira (empresas, condomínios e entidades civis).

Economistas responsáveis:

JOÃO RICARDO NISHIURA - Corecon/SP nº 19.581

Email: joanishiura@gmail.com

Pós graduado em Economia de Empresas, Controladoria e Finanças Empresariais.

Especialização em Indicadores Conjunturais

Pesquisador na área de Competitividade & Produtividade

BEN HUR MARQUES RACHID - Corecon/SP nº 33.345

Email: benhurrachid@uol.com.br

Pós graduado em Perícia .

Perito Procuradoria Geral do Estado de São Paulo

Especialização no mercado securitário

Notas importantes:

- ◆ Este Boletim não se constitui em um Relatório de Análise para os fins da Resolução CVM 20/2021.
- ◆ As informações tratadas no âmbito deste Boletim foram consideradas oportunas para a data de distribuição do mesmo e as fontes públicas consultadas são consideradas fidedignas.
- ◆ Não é pretensão do Bula Econômica oferecer uma avaliação abrangente dos mercados ou de seus desdobramentos.